

SUMÁRIO

MISSÃO E OBJETIVOS DA REVISTA DOS TRIBUNAIS.....	9
EDITORIAL RT 1046 – ESPECIAL 110 ANOS	11

CONTEÚDO EXTRA

Principais alterações legislativas dos últimos anos em Visual Law	21
---	----

CARTAS

Uma carta de Araken de Assis ARAKEN DE ASSIS.....	27
Uma carta de Édis Milaré ÉDIS MILARÉ.....	29
Uma carta de Homero Batista HOMERO BATISTA.....	31
Uma carta de Luiz Rodrigues Wambier LUIZ RODRIGUES WAMBIER.....	33
Uma carta de Manoel Justino Bezerra Filho MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO	35
Uma carta de Sérgio Arenhart SÉRGIO ARENHART	37

DOCTRINA

FILOSOFIA

A Filosofia do Direito e as Formas do Conhecimento Jurídico MIGUEL REALE	43
---	----

DIREITO CONSTITUCIONAL

Ativismo judicial: notas introdutórias a uma polêmica contemporânea <i>Judicial Activism: introductory remarks on a recent polemical subject</i> GEORGES ABBOUD e GILMAR FERREIRA MENDES.....	67
---	----

DIREITO ADMINISTRATIVO

Teoria das nulidades no direito administrativo

Theory of nullities in administrative law

MARÇAL JUSTEN FILHO 79

DIREITO CIVIL

Os regimes do dolo civil no Direito brasileiro: dolo antecedente, vício informativo por omissão e por comissão, dolo acidental e dever de indenizar

The civil willful misconduct systems in brazilian law: antecedent willful misconduct, informative damage by omission and by commission, incidental willful misconduct and obligation to indemnify

JUDITH MARTINS-COSTA 91

DIREITO PENAL

Direito Penal e Sociedade 5.0

Criminal Law and Society 5.0

LUCIANO ANDERSON DE SOUZA e ELOISA YANG 117

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Os obstáculos ao processo estrutural e decisões estruturais no direito brasileiro

The obstacles to structural process and structural decisions in Brazilian law

ALANA CAROLINE MOSSOI e JOSÉ MIGUEL GARCIA MEDINA 127

Coisa julgada sobre questão em favor de terceiros e precedentes obrigatórios

Nonmutual collateral estoppel and stare decisis

LUIZ GUILHERME MARINONI 147

Uma novidade perturbadora no CPC brasileiro de 2015: a modulação

A disruptive novelty in the new Brazilian Civil procedure Code: prospective overruling

TERESA ARRUDA ALVIM 165

DIREITO ARBITRAL

Produção antecipada de prova e juízo arbitral

Anticipated production of evidence and arbitrage

ARRUDA ALVIM e CLARISSA DINIZ GUEDES 197

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Whistleblowing no Pacote Anticrime

Whistleblowing in the Anticrime Package

EDUARDO CAMBI e GUSTAVO CARVALHO KICHILESKI 215

DIREITO DO TRABALHO

A uberização das relações de trabalho

The uberization of the labor relationships

CARLOS ALEXANDRE RODRIGUES 241

DIREITO EMPRESARIAL

O administrador judicial: uma análise à luz do direito comparado
Insolvency office holders: a comparative law study

PAULO FERNANDO CAMPOS SALLES DE TOLEDO e GUSTAVO HENRIQUE DE OLIVEIRA AMARAL 269

DIREITO TRIBUTÁRIO

Os Desafios da Tributação do Comércio Eletrônico
Challenges in E-Commerce Taxation

TATHIANE PISCITELLI 295

DIREITO DO CONSUMIDOR

Criança e consumo: contribuição ao estudo da vulnerabilidade das crianças no mercado de consumo brasileiro

Children and Consumption: a contribution to the study of children vulnerability in the Brazilian consumer market

CLAUDIA LIMA MARQUES..... 317

DIREITO DIGITAL

Direito digital: da inteligência artificial às *legaltechs*
Digital law: from artificial intelligence to legaltechs

PATRICIA PECK GARRIDO PINHEIRO 345

COMPLIANCE

Compliance: uma visão do Compliance como forma de mitigação de responsabilidade
Compliance: a view of Compliance as a form of liability mitigation

ALEXANDRE BARALDI TONIN 359

JURISPRUDÊNCIA COMENTADA**SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

- ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL – “Marcha da Maconha” – Decisões judiciais que proíbem a manifestação de cidadãos para a legalização das drogas, com fundamento no art. 287 do CP – Insurgência autônoma contra atos públicos que importem dano efetivo ou potencial aos direitos de reunião e à livre expressão do pensamento, preceitos constitucionais fundamentais – Admissibilidade – Ocorrência de múltiplas interpretações da norma penal pré-constitucional que determina a utilização do instrumento viabilizador da interpretação conforme à Constituição – Observância ao princípio da subsidiariedade que se impõe – Inteligência do art. 4.º, § 1.º, da Lei 9.882/1999
 MARCELO SCHENK DUQUE 383
- RECUPERAÇÃO JUDICIAL – Análise da viabilidade econômica do plano recuperador pelo Judiciário, após a aprovação da assembleia de credores – Inadmissibilidade – Magistrado que deve exercer o controle das exigências legais do plano de recuperação, mas não a fiscalização da possibilidade econômica da empresa – Questão, ademais, que não é propriamente jurídica, pois se insere na seara negocial da medida
 WALFRIDO JORGE WARDE JÚNIOR e GUILHERME SETOGUTI J. PEREIRA 412

- AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – Admissibilidade – Lei do Estado do Ceará que regulamenta a vaquejada como prática desportiva e cultural – Embora seja expressão da cultura local, verifica-se situação de inequívoca crueldade contra animais, pois eles são enclausurados, açoitados e agarrados até cair – Configuração de maus-tratos, não permitindo a prevalência do valor cultural – Preservação da fauna, ademais, que se impõe.
ERICK BEYRUTH DE CARVALHO..... 418
- É constitucional o compartilhamento de relatórios de inteligência financeira para fins criminais, sem prévia autorização judicial, desde que resguardado o sigilo das informações.
OSWALDO OTHON DE PONTES SARAIVA FILHO..... 429

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Cabe dano moral por compartilhamento de banco de dados de informações pessoais e sigilosos sem prévia comunicação do consumidor por violação ao dever de informação e ofensa aos direitos da personalidade
TORBEN FERNANDES MAIA e ELIAS TAVARES DE VASCONCELOS FILHO..... 449
- Admissibilidade de alteração de nome e de gênero no registro civil, independentemente da realização da cirurgia de alteração de sexo, em face do princípio da dignidade da pessoa humana, que tem vertentes na questão da cidadania, da personalidade, da saúde física e psíquica do indivíduo
MAURILIO CASAS MAIA..... 456

JURISPRUDÊNCIA ANOTADA

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

- É inconstitucional lei que cria taxa de segurança pública estadual, pois esse serviço deve ser remunerado mediante impostos 471

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

- Falecimento do titular de programa de fidelidade aérea gratuito pode acarretar cancelamento dos pontos 489
- Usucapião pode ser reconhecida, ainda que somente metade do imóvel seja adquirido 504

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

- Afastada a condenação de empresa ao pagamento de danos morais por assédio moral praticado em grupo de WhatsApp não corporativo..... 525

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

- Autorizada a demolição de edificação situada sobre faixa de domínio *non aedificandi* de ferrovia, caracterizando o esbulho possessório e a flagrante irregularidade da construção 535

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

- Ausência de prova de averbação do registro de nascimento no livro correspondente afasta a consumação do crime de registrar como seu filho de outrem, caracterizando-o na modalidade tentada 539

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

- Inaplicabilidade de cláusula excludente de cobertura de seguro por incêndio, quando não há provas de que a seguradora informou adequadamente o consumidor sobre as condições do contrato 543

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

- Cabível indenização por danos materiais e morais por *bullying* praticado em ambiente escolar, em razão do dever de vigilância da instituição de ensino 547

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

- É inconstitucional a lei que concede desconto no IPTU a moradores que adotarem animais de estimação 553

ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO

- Índice de Temas 559
- Índice de Autores 563

NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTURAL INÉDITA 565